

Entrevista com Stathis Kouvelakis O que vem agora para a Nuit Debout?¹

Emmanuel Barot

Professor de Filosofia na Université Toulouse Jean Jaurès

Damien Bernard

Editor de política da revista *Révolution Permanente*

¹ Tradução de Fernando Pureza do inglês. Originalmente publicado em francês pela revista *Révolution Permanente*. *Nuit Debout* é um termo do francês que passou a ser utilizado pelos movimentos sociais e suas mobilizações recentes que teria como tradução literal “levantar-se à noite”, ou “de pé à noite”. O termo *debout*, como apontou Michèle Brand, tem imenso significado na história dos movimentos sociais franceses, pois ele seria o equivalente ao termo “de pé”, que inicia a Internacional. Para essa tradução, todavia, optou-se pelo uso do termo em sua língua original (N.do T. Para mais, CF. BRAND, 2016).

Entrevista com Stathis Kouvelakis: O que vem agora para a Nuit Debout?

Resumo: Nesta entrevista para a revista *Révolution Permanente*, Stathis Kouvelakis discute o “estatismo autoritário” do governo francês, assim como as táticas e ideologias do movimento contra a proposta de flexibilização das leis trabalhistas na França e quais as lições que podem ser tiradas da experiência do SYRIZA na Grécia.

Palavras-chave: 1. Estatismo Autoritário; 2. França; 3. Grécia.

Interview with Stathis Kouvelakis: What’s next for the Nuit Debout?

Abstract: In this interview to the magazine *Révolution Permanente*, Stathis Kouvelakis debates the “authoritarian statism” of the French government, as well as the tactics and ideologies of the movement against the proposal of flexibilization of the labor laws in France and which would be lessons drawn from the experience of SYRIZA in Greece.

Keywords: 1. Authoritarian Statism; 2. France; 3. Greece.

As massivas mobilizações da *Nuit Debout* contra uma proposta de dismantelar as leis trabalhistas francesas têm gerado comparações com movimentos internacionais semelhantes – o *Occupy* nos Estados Unidos, o Parque Gezi na Turquia, os movimentos nas praças na Grécia. A abundância dessas experiências nos ajuda a olhar para a *Nuit Debout* e suas perspectivas de continuar avançando. Stathis Kovelakis, professor da King’s College (Londres) e membro da Unidade Popular da Grécia, membro ativo do Partido Comunista Francês (PCF) na década de 1980 e, posteriormente, da Liga Comunista Revolucionária (LCR) e do Novo Partido Anticapitalista (NPA), tem acompanhado a situação francesa atentamente. Nesta entrevista para a revista *Révolution Permanente*, Kovelakis discute o “estatismo autoritário” do governo francês, assim como as táticas e ideologias do movimento contra a proposta de flexibilização das leis trabalhistas e quais as lições que podem ser tiradas da experiência do SYRIZA na Grécia.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *O período anterior foi marcado por uma ofensiva autoritária em larga escala do governo, especialmente após os ataques de 13 de novembro e a introdução de um Estado Estendido de Emergência. Hoje nós entramos numa nova fase: um episódio recente de luta de classes iniciado pela proposta de lei de reforma da legislação trabalhista, com poderosas mobilizações apoiadas por grande parte da opinião pública. Como você caracterizaria essa mudança radical de atmosfera?*

Stathis Kovelakis. Na verdade, essa ofensiva de segurança do governo e seu Estado de Emergência, iniciado em novembro, representa apenas o avanço desse processo de fechamento autoritário que já tinha tido início bem antes disso. Nesse caso, pode-se apontar para o período Sarkozy como uma espécie de ponto de virada, ainda que possa se dizer que alguns elementos já existiam previamente.

Dois diferentes campos serviram como laboratório para Sarkozy: de um lado, aquilo que na França nós chamamos de “questão *banlieue*”, ou seja, a gestão securitária e autoritária das populações que são duramente estigmatizadas e vigiadas pelo racismo do Estado. De outro lado, as chamadas “leis antiterroristas”, que datam pelo menos desde o 11 de setembro de 2001 – e, na verdade, até antes disso, com as primeiras iniciativas datando do governo de Alain Peyrefitte no final dos anos 1970, com as leis “antivandalismo”.

Tais leis colocam no centro da análise a expansão dos mecanismos repressivos de vigilância em todos países capitalistas avançados do Ocidente. Esse “estatismo autoritário” – como Nicos Poulantzas (2000) definiu – corresponde, assim, a um fenômeno com raízes profundas e, sem dúvida, figuras como Nicolas Sarkozy e Manuel Valls – ou (os antigos ministros do interior) Charles Pasqua e Jean-Pierre Chevènement antes deles – apenas encarnam tendências ainda maiores que estão em movimento hoje.

A implementação desses mecanismos foi facilitada pelo relativo isolamento dos movimentos sociais franceses desde 2010 e da derrota, ocorrida no mesmo ano, do movimento contra a reforma da previdência. É evidente que esses mecanismos procuraram neutralizar preventivamente a mobilização popular. Mas o que está acontecendo agora representa um obstáculo para a lógica dessa virada securitária e autoritária, principalmente porque essa virada está amparada na possibilidade de cortar as cabeças da resistência popular de forma preventiva, impedindo assim que elas ganhem visibilidade e densidade.

O fato de que a mobilização contra a reforma trabalhista tenha se iniciado nas fissuras desse aparato já é, por si só, uma primeira derrota para essa política e contribui para agravar ainda mais a crise política – uma crise de representação que já existia em sua forma latente, mas que agora está se acelerando a olhos vistos.

Num nível mais imediato, eu acredito que a administração Hollande pensou que poderia conseguir passar tudo, tal como vimos diante da proclamação do Estado de Emergência após os ataques. Ela realmente foi uma espécie de “grande salto”, traduzida não apenas em políticas autoritárias, mas também em duras reformas neoliberais, simbolizadas pela reforma na lei trabalhista (também conhecida como lei El Khomri). De fato, nós poderíamos falar de uma nova forma política da camisa-de-força neoliberal.

De um lado, temos o Estado de Emergência. De outro, nós temos a individualização fragmentária da força de trabalho e dos mecanismos de relações profissionais, com a completa desestruturação de algumas das garantias que ainda existiam em termos de negociação coletiva. E ambos elementos andam lado a lado. Um regime neoliberal autoritário está agora emergindo, ainda que seja duvidoso se ele irá conseguir se estabilizar.

De fato, esse massacre promovido pelo governo e pelas autoridades do Estado tem também revelado o quanto eles se enfraqueceram – o fato de que François Hollande, o governo, o Partido Socialista (PS) e a política representativa francesa tem estado cada vez mais apartados da sociedade tem se tornado cada vez mais claro. Logo, o que nós estamos vendo é uma importante virada nas relações de poder existentes, abrindo perspectivas que efetivamente não existiam sequer três meses atrás.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *No seu livro La France en révolte (KOUVELAKIS, 2007) você usou o termo “instabilidade hegemônica” para caracterizar a situação política e a crise refletida pelo Sarkozyismo. E a atual situação confirma que isso também se aplica para uma dimensão mais longa. Mas assim como a instabilidade se torna estrutural, concomitantemente as estruturas do sistema republicano e do Estado se veem reforçadas. Até que ponto você acredita que o sistema em si está se enfraquecendo? Até onde você iria para diagnosticar uma crise do aparato do Estado?*

Stathis Kouvelakis. Eu diria que nós estamos vendo um aprofundamento da crise pré-existente da representação política, mas que ela ainda está para se tornar uma “crise do Estado” – uma crise generalizada de tal forma que só vi algo parecido na Grécia, desde 2011. Naquele caso, não apenas o sistema político entrara em colapso, mas todo o sistema de dominação de classe foi profundamente abalado, dando início àquilo que Gramsci (1975, p. 1077) chamou de “crise orgânica”, ou, nos termos de Lenin, uma “crise nacional”.

Na França nós ainda não chegamos nesse ponto, mas nós precisamos de uma abordagem mais concreta sobre o Sarkozyismo para conseguir aprofundar nossa análise sobre esse tema. Em meu livro, eu defini o Sarkozyismo como um “populismo autoritário”, uma expressão que peguei de Stuart Hall. Era um

projeto muito claramente inspirado no thatcherismo e no neoconservadorismo americano.

Enfrentando a conjunção do voto, em 2005, contra o Tratado Constitucional Europeu, a revolta dos *banlieue* e o movimento contrário ao Contrato do Primeiro Emprego (o CPE, uma lei trabalhista neoliberal voltada para os jovens trabalhadores) que forçou o governo De Villepin a se retirar de cena, a vitória de Sarkozy expressou uma contraofensiva sistêmica. Sua vitória em 2007 nas eleições presidenciais assinalou uma derrota para os movimentos sociais da época e revelou a impotência política da esquerda e, mais particularmente, da esquerda radical.

Contudo, a ideia de que o Sarkozyismo é um projeto homogêneo deve receber alguns nuances. Sarkozy sem dúvidas teve sucesso em fazer boa parte daquilo que ambicionava. Ou seja, ele conseguiu remodelar o discurso dominante que, em boa parte legitimou a virada securitária-autoritária e, acima de tudo, conseguiu ampliar ainda mais os limites sobre aquilo que podia ser dito no espaço da política institucional.

Ele forçou uma série de temas como identidade nacional na sua agenda e ampliou a extensão do racismo do Estado, acentuando especialmente a islamofobia, um aspecto obviamente preexistente. Ele banalizou temas que anteriormente eram uma prerrogativa apenas dos reacionários do seu partido e da extrema-direita. Ele logo legitimou algo novo: um discurso de confrontos, excessivamente proclamado como tal, inclusive nos níveis mais altos do comando do Estado. E isso foi sem dúvida uma ruptura inclusive com o período de Chirac, por exemplo.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *Uma distinção “amigo-inimigo”, como Carl Schmitt (1998) teria dito.*

Stathis Kouvelakis. Exatamente. Sarkozy disse: há um inimigo, e é esse inimigo interno que temos que confrontar. Alguns ainda foram mais longe e disseram que essa era um discurso de guerra civil. Talvez tenha sido um exagero, mas na fala de Sarkozy havia uma violência simbólica e discursiva preparando o terreno para algo que parecia ser uma forma de guerra civil de baixa intensidade, reforçando a violência total e concreta do aparato repressivo que já estava operando.

Eu acho que, nesse ponto, Sarkozy ganhou uma batalha decisiva, pelo menos no sentido de que havia elementos de uma estabilização hegemônica, ou de uma resolução da instabilidade hegemônica que previamente existia. Por outro lado, ele não tinha tido sucesso naquilo que a burguesia francesa não conseguia desde o fim do Gaullismo. Ou seja, ele não conseguiu construir um aparato político que lhe permitisse estabilizar um sistema de representações sólido o suficiente para colocar sob controle o sistema político e institucional.

Sarkozy, ou melhor dizendo, o Sarkozyismo, teve sucesso parcial, mas o próprio Sarkozy foi derrotado na eleição presidencial de 2012 e seu partido, a União pelo Movimento Popular (UMP), provou-se bastante frágil enquanto máquina política eleitoral. A recomposição a qual Sarkozy deu impulso mostrou seus limites – e nós conseguimos ver isso muito claramente hoje em dia, diante da proliferação de contestações primárias no campo da direita e as próprias derrotas da tentativa de Sarkozy de fazer um retorno triunfal.

Nesse contexto, uma figura medíocre já conhecida como Alain Juppé (antigo primeiro-ministro em meados dos anos 1990 e agora um possível candidato presidencial) pode aparecer em cena como o “homem da providência” para a direita. Do outro lado, o Partido Socialista se viu profundamente enfraquecido e, claro, a Frente Nacional está lucrando com a grande instabilidade e insatisfação com o sistema bipartidário francês.

Logo, o que nós temos é uma instabilidade contínua e, em princípio, isso abre a possibilidade para forças opositoras. Mas mesmo assim, nós temos que levar em consideração o fato de que alguns elementos fundamentais se decompueram. E, na minha opinião, a esquerda radical, a esquerda anticapitalista, não está conseguindo construir um balanço sério sobre o Sarkozyismo. E isso pesa muito na situação atual.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *Você se referiu a definição de Poulantzas (2000) sobre o “estatismo autoritário”. Há uma outra abordagem que analisa a atual transformação estrutural em termos de um reforço das tendências bonapartistas. Se essas tendências são oriundas do Estado capitalista em forma mais geral, elas também têm uma longa história no caso específico do autoritarismo do republicanismo francês. Você acredita que essa definição teórica*

em termos de elementos ou tendências bonapartistas são compatíveis com o conceito de estatismo autoritário?

Stathis Kouvelakis. Sobre esse ponto, nós temos que retomar Antonio Gramsci. Ele falou sobre um “Bonapartismo sem Bonaparte”, no sentido de que numa situação de crise política, nós vemos uma certa retirada do papel das instituições representativas e um reforço dirigido do Executivo, estabelecendo assim ligações diretas entre os segmentos das classes dominantes com a burocracia estatal que concretamente dirige o Estado e implementa as políticas. As funções de mediação tradicionais – essencialmente são aquelas ligadas a forma partido – ficam, portanto, em curto-circuito e nós então entramos numa extremamente profunda crise de representação política.

Eu acho que essa noção de Bonapartismo sem Bonaparte serve melhor para explicar a atual situação. Primeiro, porque de fato não há um Bonaparte. O máximo que podemos dizer de François Hollande é que ele é uma figura frágil e patética. É claro, suas ações são extremamente prejudiciais e até mesmo perigosas, mas ele mesmo não possui nenhuma das características que as figuras carismáticas, que costumam adentrar nesse jogo, oferecem para sair da crise do sistema de representação política.

O conceito de estatismo autoritário acrescenta algo aqui que é justamente a ênfase na transformação material do aparato do Estado, e não apenas no desenvolvimento das superestruturas, na crise da representação política e na sua forma de resolução. Os aparatos da mídia em parte consolidam não apenas o papel de disseminação do discurso dominante, mas também têm um importante papel na reorganização do terreno político. Isso é algo que os partidos tradicionais das classes dominantes não mais conseguem fazer, dado que eles estão extremamente enfraquecidos e desacreditados.

Nós vemos isso mais claramente nos países latino-americanos, onde a mídia é o verdadeiro nervo político central do bloco hegemônico dominante – muito mais do que os já enfraquecidos partidos políticos burgueses – assim como ocorre na Itália, com Berlusconi. E isso, de certa forma, também é verdade na França, com o Sarkozyismo e com o que está acontecendo agora enquanto os oligarcas com múltiplos laços com o governo e com o Estado passam a controlar as mídias mais importantes.

Mas o estatismo autoritário também corresponde aquilo que Nicos Poulantzas chamou de “politização da camada mais alta da administração”: o fato de que há uma grande continuidade nas políticas do Estado, efetivamente garantidas apesar da alternância de governos, que possui, no final das contas, um significado muito limitado e que pode rapidamente se aproveitar da atual instabilidade.

O que garante a continuidade perene das políticas das classes dominantes é o corpo burocrático mais alto, que assume o papel de “partido da burguesia”. Esse “partido” permanente no topo do Estado, e não apenas ali, sob a ideia de proliferar seus laços com as frações dominantes do capital, e, em particular, do setor financeiro.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *Vamos falar um pouco da atual mobilização. Você acha que a reforma trabalhista é um marco que nem mesmo o Sarkozy conseguiu atingir; ou seja, é uma nova fase que desafia muitas das conquistas do movimento operário, mesmo que de uma forma bastante distorcida? E, dado tudo isso, qual sua visão sobre as mobilizações, sobre a Nuit Debout, etc., agora que nós já passamos do primeiro round de mobilizações e que chegamos a uma segunda fase correlata com o início dos debates parlamentares?*

Stathis Kouvelakis. Gerenciar a força de trabalho – a “legislação fabril”, como Marx a descrevera em *O Capital* – sempre foi uma parte central das políticas neoliberais. Sarkozy infringiu derrotas sobre alguns dos mais avançados centros de resistência operária: nós vimos ele impor um nível mínimo de serviço no sistema de ferrovias e transporte público, o setor combativo por excelência desde o fim dos anos 1980. Ele conseguiu avançar na flexibilização, desmantelando e até sabotando aquilo que restava das leis de Aubry (que defendiam a semana de trinta e cinco horas).

Mas sem dúvida o projeto El Khomri marca a superação daquilo que Sarkozy conseguira, porque ele significa a ilimitada individualização das relações de trabalho, enfraquecendo as garantias legais em favor dos contratos. Isso é o que a famosa frase “a inversão da hierarquia das normas” significa: o fato de que as companhias e os acordos firmados por elas agora se tornam centrais, pois eles são atualmente o terreno mais favorável para o capital.

Mas ele também é uma superação porque a lógica dessa lei procura enfraquecer e recompor todo o terreno dos sindicatos. A ideia – perfeitamente integrada à estratégia dos chefes e do governo – é fazer tudo que eles possam a favor da Confederação Trabalhista Democrática Francesa (ou CFDT, na sigla original), uma força que se tornou especialista no gerenciamento desse tipo de organização das relações de trabalho, buscando construir consensos sempre a partir dos interesses das empresas. E daí decorrem os seus relativos avanços de sua implementação no setor privado.

A resistência a essa ofensiva extremamente brutal veio de dois lados, como uma extensão dos movimentos anti-CPE de 2006 e aos movimentos antirreforma da previdência de 2010. De um lado, ele veio dos trabalhadores assalariados e particularmente do surgimento da combatividade dos de baixo, por exemplo, via Confederação Geral do Trabalho (CGT). No recente quinquagésimo primeiro congresso dessa confederação, nós vimos uma combatividade da base, mas esse ressurgimento é difuso e atualmente está lutando para se cristalizar num setor particular de forma que possa agir como locomotiva para vários outros.

Essa é uma das muitas coisas em jogo no atual momento: ver qual setor poderia exercer o papel de locomotiva, puxando os demais. Em muitos dos ciclos anteriores de mobilização, foram justamente os ferroviários que estavam na linha de frente, sendo que em 2010 foram os trabalhadores das indústrias químicas – e particularmente os petroleiros. De fato, foi a federação dos químicos da CGT que fez uso de algumas das formas mais duras de mobilização.

Por outro lado, a reação que veio da juventude, no sentido de uma certa continuidade dos movimentos da CPE e da previdência. As juventudes secundarista e universitária já estão plenamente cientes do que lhes espera, mas além disso, os estudantes também estão com um pé na vida de trabalhador assalariado e uma boa parte deles está já integrado a força de trabalho num sentido mais amplo. Isso agora é um fato totalmente estabelecido e, de certa forma, já bastante corriqueiro.

Isso abre novas possibilidades para uma convergência entre trabalhadores e jovens, de forma potencialmente mais avançada do que esse mesmo caso em ocasiões passadas. Ainda que as participações em massa sejam menores do que

em ciclos anteriores, a convergência entre trabalhadores é agora talvez a mais avançada dadas as formas pelas quais o movimento vem se configurando nas escolas, nas faculdades (com todos os limites que conhecemos) e também no movimento *Nuit Debout*, o qual os jovens são o centro ativo, ainda que o movimento vá além deles.

Nele os jovens trabalhadores, assim como os cada vez mais precários jovens estudantes secundaristas e universitários encontraram um meio de experimentar novos tipos de práticas de ações coletivas na França.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *Esses dois últimos meses foram marcados por onze dias de protestos os quais a juventude esteve geralmente isolada na linha de frente e sofreu a repressão do governo e da polícia. Como você avaliaria o papel político das lideranças sindicais a partir dessa perspectiva, por exemplo, de acordo com a sua prática rotineira de “dias de paralisação” intercalados com “dias de ação”? Como você analisaria o fato de que o movimento operário não tem mais denunciado, globalmente, a repressão do movimento em geral e da juventude em particular? Principalmente levando em consideração que há uma abertura e receptividade sobre essa questão, que poderia ajudar precisamente a construir essa aliança que você menciona entre trabalhadores assalariados, jovens e a Nuit Debout?*

Stathis Kouvelakis. Desde o começo do movimento, as autoridades mantiveram uma política rígida, buscando atingir não apenas os jovens, mas também o movimento sindical e, mais particularmente, os seus setores mais mobilizados. Não é por acaso que a CGT é a central mais duramente estigmatizada e também aquela que geralmente é chamada a “entrar na linha” pela repressão. Também têm sido visados os esforços concretos para atingir uma unidade entre os jovens e os trabalhadores na base: nós vimos como os estudantes foram espancados pela polícia na estação Saint Lazare, ou no porto de Gennevilliers, quando eles tentaram se juntar aos grupos mobilizados de trabalhadores.

Mas é claro, também há uma enorme repressão sobre os jovens universitários e secundaristas, cuja intenção específica cuja intenção específica é criar uma divisão entre os jovens e o movimento sindical. E é importante que o movimento sindical não caia nessa armadilha.

Dois elementos precisam ser considerados nesse aspecto: de um lado, a tradicional reticência do movimento sindical ao parecer ou mesmo se aliar com setores que são ou incontroláveis, ou que são julgados como tal. Por outro lado, há um problema concreto que não podemos deixar de observar. Dado o atual estado das forças ativistas dentre os jovens, há um certo eco para estratégias ou táticas que, para simplificar as coisas, nós poderíamos chamar de “táticas *black bloc*”, e que eu considero uma crença bastante ilusória de que ao atingir esse nível de confrontação você irá produzir efeitos radicalizantes.

Na verdade, com esse tipo de tática você apenas legitima a repressão policial, servindo apenas como uma série de pretextos para justificá-la perante a opinião pública. Isso pode levar a um efeito minoritário, desencorajando participações mais abrangentes e massivas nas mobilizações. Eu creio que essas táticas são bastante estéreis e que o movimento faria bem em se proteger delas, prevenindo que elas influenciassem as formas pelas quais as manifestações seguem.

Quanto ao movimento sindical e as suas práticas, o fracasso dessa forma de luta baseada em “dias de ação” já havia sido demonstrado tanto em 2003 quanto em 2010. O movimento de 2006 contra a CPE teve sucesso apesar dessa atitude por parte dos sindicatos, pois havia uma constante mobilização de massas da juventude contra uma medida que os atingia muito particularmente. Mas o escopo da reforma trabalhista atual é muito maior.

Hoje em dia, ninguém pode contar com a juventude batendo em retirada em defesa de seus interesses mais específicos, tal como os sindicatos fizeram na luta anti-CPE. Nós precisamos buscar um patamar maior. Há uma pressão da base sobre a direção dos sindicatos, algo que ficou visível na CGT, por exemplo, em seu recente congresso.

Certamente o apelo que fora publicado no fim desse congresso não foi completamente satisfatório, refletindo inclusive o equilíbrio interno que notavelmente era um eco da resistência das maiores federações contra os mandatários das greves e contra a generalização do movimento. A parte negativa é que os sindicatos ferroviários parecem ter aceito essa lógica, ao menos até agora. Ainda assim, tal apelo marcou uma mudança: até onde sei, essa foi a primeira vez que a CGT explicitamente colocou a questão dos mandatos renováveis das greves em âmbito maior.

Isso não é algo que nós já tenhamos vencido ou decidido, mas a possibilidade existe e, no momento, nós podemos ver seções da CGT buscando unidade com o movimento estudantil e particularmente com a *Nuit Debout*. O fato de que o secretário geral da CGT, Philippe Martinez tenha vindo e falado na Praça da República – ainda que sua intervenção não tenha sido a mais apropriada para a situação – é, ainda assim, um passo em direção ao caminho certo.

Nós não deveríamos perder de vista o fato de que Martinez está certo quando ele diz que o clima atual nos locais de trabalho e nas grandes indústrias de serviços não favorece as ações ilimitadas de greve. Isso dito, é precisamente essa direção que nós devemos almejar. Os setores mais combativos precisam urgentemente tomar essa tarefa para si.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *Voltando à questão da repressão na lógica black-bloc, há uma forte construção discursiva acontecendo no âmbito das massas, no âmbito da mídia. Tenha, ou não, grupos black-bloc ou seus equivalentes, essa forma de mobilização é descrita na mídia. E a repressão está sendo feita contra os jovens e os trabalhadores que estão com eles, mesmo quando não há estratégia de confronto desse tipo. A lógica black-bloc é, portanto, uma limitação da atual mobilização, mas é também um sintoma da falta de estratégia, tanto da longa perda de privilégios e direitos do movimento estudantil e da fraqueza das organizações radicais e revolucionárias que existem dentro dele. Dada o que o movimento vem se deparando, o custo dessa fraqueza é que tais estratégias minoritárias vão se enraizando.*

Stathis Kouvelakis. Eu concordo com essa análise. Esse é tanto um sintoma como um resultado do efeito “lente de aumento” produzido pela mídia para justificar a repressão. Dito isso, essa lógica existe de fato – nós não podemos minimizá-la ou escondê-la, pois ela tem efeitos negativos reais e concretos. Na região de Paris, as atividades do Movimento Interlutas Independente (*Mouvement Inter Lutes Indépendant*), um grupo anarquista estudantil de estilo *black-bloc* acabaram por ter um papel bastante negativo nas mobilizações dos estudantes secundaristas. Durante um certo período, esse grupo conseguiu liderar uma significativa parcela dos secundaristas mobilizados com a sua lógica

e o resultado foi que isso levou a uma queda abrupta na mobilização estudantil posteriormente.

Esses jovens estão se reorganizando, mas sob uma nova batuta, com a constituição da Coordenação Nacional das Escolas Secundárias. Eu creio que isso é um problema interno do movimento e eu concordo que, acima de tudo, é também um sintoma de algo maior. Logo, as forças revolucionárias e ativistas devem se reconstruir a partir dos jovens e é sua responsabilidade não deixar o campo totalmente aberto para esse tipo de lógica estéril.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *Qual é a sua visão sobre a Nuit Debout? Seria bom observar esse fenômeno em perspectiva com os indignados da Espanha, com Occupy Wall Street, etc., mas também com o que aconteceu na Grécia.*

Stathis Kouvelakis. De fato, creio que a *Nuit Debout* pertence a esse ciclo de mobilizações, que tomou a forma específica dessa ação coletiva – a dizer, a ocupação do espaço, uma forma de política espacial. Durante o recente período, nós vimos essas formas de ação coletiva espacial entrarem em campo em todos os casos que você mencionou, os quais devemos também acreditar o movimento no Parque Gezi, na Turquia. O que nós vimos em todas essas mobilizações, incluindo aqui a *Nuit Debout*, é a juventude estudantil sendo uma espécie de núcleo ativo, ainda que em certos casos, haja uma participação muito mais ampla.

No caso grego – o exemplo que eu melhor conheço – o movimento das praças na primavera de 2011 teve um caráter muito mais massivo, mas também evidentemente mais “plebeu”. A participação de vastas camadas sociais também refletiu o fato de que a sociedade grega já havia sofrido uma violenta agressão a partir da implementação das políticas de memorandos.

Dentro de um ano essas políticas já tinham trazido consigo enormes retrocessos: corte de salários, cortes orçamentários e a acelerada pauperização de setores inteiros da sociedade. E daí decorre o fato de que de houve uma raiva precisa que não parece existir da mesma forma na atual mobilização francesa.

Certamente na Praça da República existem demandas concretas e uma verdadeira disposição para a luta, mas ainda está relativamente tranquilo comparado com a erupção vulcânica da raiva popular que existiu na Grécia em

2011. Havia uma violência – ou mais precisamente, uma contra-violência – como forma popular de expressão, e aqui eu não falo especificamente das práticas *black-bloc*, mas de formas espontâneas e genuínas de raiva popular – algo que nós não vimos na França.

Nós devemos lembrar que a ocupação, na Grécia, não foi somente numa velha praça: a Praça Syntagma é a praça central de Atenas, situada à direita do Parlamento. Havia uma vontade das massas – que não era somente a ocupação de espaço – para confrontar o Parlamento diretamente. Um forte sentimento antiparlamentar emergiu junto com uma radical e total rejeição do tradicional sistema de representação política – da forma como conhecíamos – que envolvia o bipartidarismo da direita e do PASOK alternando-se no governo.

Os slogans escolhidos pela multidão condenavam violentamente o roubo e a corrupção política, tidas como responsáveis por colocar o país sob o protetorado do regime de memorando da Troika. Por essa comparação, a mobilização francesa ainda parece relativamente moderada.

Por outro lado, o elemento mais avançado que vejo na *Nuit Debout* é o discurso anti-patrão, ou mesmo anticapitalista – ou, no mínimo, “anticapital”. Fica claro que aquilo que está sendo desafiado pelas mobilizações, nas assembleias gerais, nas discussões e nos debates, é o poder do capital em todos os setores da vida social. Dada a reforma trabalhista, essa oposição está em boa parte focada no poder do capital no âmbito dos locais de trabalho, no poder arbitrário do patronato, no esgotamento dos trabalhadores diante de sua rotina e no sofrimento que ele resulta.

Mas isso também tem implicações maiores e toca numa série de coisas. Por exemplo, os textos da comissão ecológica parecem a mim bastante anticapitalistas, apontando para o capital, para as grandes companhias, para as estruturas que lhe servem como as responsáveis diretas pela destruição do meio-ambiente e da natureza. Nesse ponto, eu acredito que novos elementos de radicalismo emergiram comparando esse processo com outras manifestações alter-globalização dos ciclos anteriores, ainda que esse movimento específico tenha bastante pontos em comum com os do passado.

O que os movimentos também têm em comum – e isso pode gerar um grande número de problemas – é que eles carregam em si a tentação e, portanto, o risco, de serem arrastados para um procedimentalismo e por intermináveis

debates sobre os mecanismos de tomada de decisão. Há o risco de que o discurso “libertador” tome sua dimensão auto-referencial como referência e ela torne-se um fim em si mesma. Isso pode vir a ser uma forma de substituir uma atividade política própria que determina objetivos concretos e que visa se fortalecer pelos meios que lhe permitam atingir essas metas.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *Essa é uma forma muito abstrata de implementar a questão da democracia, desconectando-a de suas tensões de classe e suas ramificações.*

Stathis Kouvelakis. Exatamente. Ou simplesmente de ficar procurando estabelecer discussões que não levem adiante uma ação concreta: elas só ocorrerão quando forem elaborados os melhores procedimentos, os melhores esquemas para a deliberação, ou quando a democracia se tornar sinônimo de uma interminável discussão auto-referenciada sem qualquer vínculo com o mundo real. Essa tentação também existiu na Grécia, nas assembleias gerais que ocorreram na praça Syntagma e em outros lugares.

Mas lá esse tipo de prática foi efetivamente subjugada pela dinâmica da própria situação e pelo que estava acontecendo logo a sua frente; não apenas o fato de que os memorandos e a Troika estavam estabelecendo um protetorado sobre o país, mas também a frequência dos cada vez mais poderosos movimentos grevistas. Isso permitiu um contrapeso a essas tentações procedimentalistas e também contra o “engajamento cidadão” que fosse desconectado de algum conteúdo político genuíno.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *Você foi o primeiro a notar – em meados de novembro – a morte da Frente de Esquerda (Front de gauche). Mesmo que agora a mobilização esteja longe de acabar e que um segundo round esteja vindo, tudo isso trará efeitos na recomposição da “esquerda da esquerda”, ou seja, da extrema-esquerda. Quais são as perspectivas da esquerda ganhar terreno, especialmente nas eleições de 2017?*

Stathis Kouvelakis. O horizonte da esquerda radical e anticapitalista francesa é bastante problemática diante da falência das suas duas principais apostas recentes. A primeira foi a do Novo Partido Anticapitalista (NPA), o projeto lançado a partir da Liga Comunista Revolucionária (LCR). Essa

organização foi a força política que orientou a esquerda radical nos anos 2000, principalmente graças às campanhas presidenciais de Olivier Besancenot em 2002 e 2007 e pelo que elas cristalizaram naqueles momentos.

O segundo fracasso foi o da *Front de gauche*, que nunca conseguiu ser nada mais do que um cartel de organizações mediado por uma aliança eleitoral de cima para baixo. Eles nunca conseguiram construir uma verdadeira ferramenta para intervir nas mobilizações e lutas, sem permitir que uma recomposição política concreta se efetivasse e sem reconstruir o terreno político perdido pela esquerda. No meu ver, a *Front de gauche* já estava moribunda antes mesmo dos ataques de novembro – as eleições regionais e municipais tinham provado que o PCF seguia perseverante em manter seu papel como linha auxiliar do Partido Socialista.

Mas para mim, o *coup de grâce* simbólico ocorreu quando todos os membros do PCF no Parlamento, na Assembleia Nacional, votaram a favor do Estado de Emergência, participando da farsesca unidade nacional que estava ali surgindo. Ainda é cedo para dizer o que irá acontecer, mas há algo que se pode afirmar com certeza: os movimentos sociais que agora estão se formando apontam para uma verdadeira mudança, algo que terá grande impacto no terreno político. Isso é uma lição que nós podemos levar adiante de todos os outros movimentos comparáveis que tiveram lugar ao redor do mundo.

Isso é verdade até mesmo no caso menos favorável, nos Estados Unidos, quando o *Occupy* apareceu, bastante limitado, dominado por uma lógica libertária ou até mesmo antipolítica num país em que não há um movimento operário com expressão política autônoma e que nunca nem mesmo houve um que tenha conseguido atingir isso de forma significativa.

E mesmo lá, esse movimento teve um certo impacto, como vemos agora na campanha de Bernie Sanders; ele foi mediado, indireto, mas foi extremamente importante para os padrões americanos. E, como sabemos, na Europa meridional os movimentos sociais deram origem a levantes políticos extremamente importantes. Mas eles não aconteceram espontaneamente. Eles tiveram atores que tomaram a iniciativa e que foram capazes de produzir resultados que não tinham sido ainda previstos, correspondendo a possibilidades que até então não existiam.

A situação na França, nesse momento, é a abertura de novas possibilidades. Por um lado, porque o Partido Socialista está muito enfraquecido: ao meu ver, esse movimento contra o projeto El Khomri marca a ruptura definitiva entre o PS e aquela que ainda se mantinha como sua base social de apoio. Nós agora provavelmente – e não apenas agora – estamos vendo uma “Pasokificação” do Partido Socialista francês, ou, em último caso, um fenômeno de decomposição o qual não conseguimos ver ele evitar.

A partir disso, as forças da esquerda que tentam rivalizar com o Partido Socialista hoje se veem confrontadas por um grande desafio. Tais forças certamente existem na extrema esquerda, mas devem romper com a lógica dos grupelhos e do sectarismo. Elas também existem nos antigos componentes da agora defunta *Front de gauche*, ainda que sob a condição de que rompam com a lógica da subalternidade perante o PS e o governo, e sob a condição de que entendam o que está acontecendo nas ruas, nas mobilizações, e que se disponham a refletir seriamente sobre uma alternativa.

Eu também acredito que, num âmbito mais programático, esse é o desafio que nós somos confrontados no atual momento: nós não podemos estabelecer uma plataforma anti-neoliberal listando uma série de demandas – na verdade, esse seria um programa sindicalista. O que nós precisamos é de uma alternativa política real, identificando os pontos que amarram juntos tanto a situação atual quanto a estratégia dos nossos adversários de classe.

Isso significa, por exemplo, que temos que mirar decididamente para o fim do presidencialismo e da Quinta República, assim como também para o desmantelamento da União Europeia, que é a verdadeira máquina de guerra do capital em escala continental. Sem uma ruptura com a União Europeia, nós nunca vamos chegar a uma solução e o desastre do SYRIZA na Grécia definitivamente confirmou isso.

Essa perspectiva também exige uma visão concreta das relações sociais, numa lógica liberada do garrão do capital. Isso significa, simultaneamente, ser uma lógica concreta e real, baseada em alvos transitórios, mas bem definidos. Atualmente estamos longe desse estágio em que a defesa dos serviços públicos ou mesmo a proposta de sua extensão seria suficiente.

Isso não corresponderia com o significado do que está acontecendo: mesmo em termos de formas de contestação que emergiram nas mais avançadas seções

do movimento, ou em termos de formas às quais o capital espetacularmente estendeu seu controle nas relações sociais em sua totalidade.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *Em termos de alternativa, há duas grandes experiências nos últimos anos que são sintomáticas sobre os grandes perigos em acreditar que as mobilizações populares produzem resultados políticos. A dizer, o Podemos (em todas suas particularidades) e o que se tornou seu aparato político recentemente; e, é claro, a experiência do SYRIZA, sua capitulação e seu fracasso em relação ao seu projeto político, que foi tão rápido quanto as esperanças que tinham sido criadas sobre ele foram intensas. Nossa meta não deve ser reproduzir esse tipo de ilusão estratégica para, mais uma vez, darmos de cara na parede. Na sua opinião, quais “anticorpos” valem a pena ser enfatizados para que isso não aconteça?*

Stathis Kouvelakis. De minha parte, eu tiro três lições do fracasso do SYRIZA. A primeira e mais óbvia é que mesmo uma política modestamente antineoliberal (e, até mesmo as políticas anticapitalistas) que, no atual momento, rejeitam a ruptura com a União Europeia, não garantem uma saída e, por consequência, estão condenadas ao fracasso.

Essa ruptura não é nenhum sinônimo de retirar-se para dentro das fronteiras nacionais, como algumas pessoas teimosamente insistem. Afinal, se não há nenhuma brecha abrindo em parte alguma em nenhum dos elos dessa corrente, ou seja, no âmbito das formações sociais e nacionais, não pode haver qualquer expansão dessa ruptura em âmbito internacional.

A segunda lição é que as estratégias puramente parlamentares são insuficientes e todas elas podem levar a derrota. Desde 2012 até chegarem ao poder, o SYRIZA fez com que suas abordagens e suas práticas fossem todas direcionadas para a perspectiva parlamentar, menosprezando a mobilização extraparlamentar. Ele não possuía uma perspectiva de simultaneamente liderar mobilizações que pudessem aumentar a intensidade do conflito social enquanto obtivesse vitórias eleitorais que lhe permitissem conquistar o poder político.

De fato, entrar no governo é algo sem sentido a menos que nos permita ir além no confronto, passando a controlar sistemas essenciais para aprofundar a crise política e abrir novos espaços para a mobilização popular. Desse ponto de vista, a “revolução cidadã” de Jean-Luc Mélenchon – que só funcionava a partir

das urnas – estava completamente fora de lugar não apenas perante certas lições teóricas fundamentais do passado, mas também diante das mais recentes situações.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *Uma clássica fantasia reformista.*

Stathis Kouvelakis. Sim, é verdade, uma clássica fantasia reformista, mas o que o caso Mélenchon também revela é uma abordagem bastante superficial às próprias experiências que ele diz tomar como referência. A dizer, sua evocação de uma “revolução cidadã”, olhando particularmente para a América Latina, onde as forças progressistas ou antineoliberais conseguiram vitórias eleitorais.

Certamente tivemos vitórias nas urnas, mas em todos esses casos, mesmo que para produzir resultados eleitorais limitados, nós tivemos que ter algum tipo de luta popular insurrecional. Na Venezuela, em 1989, foi o *caracazo* e as centenas de mortos que tornaram possível a experiência chavista e, de forma semelhante, na Bolívia, onde teve uma verdadeira insurreição popular, com pessoas morrendo e tudo mais, antes da chegada de Evo Morales no poder – com todos os limites que essa experiência pode ter.

A terceira conclusão que eu tiro é aquela que se refere aos partidos, por assim dizer. O que eu vi no SYRIZA – e agora estamos vendo algo parecido com o Podemos – é que antes mesmo dele chegar ao poder e tomar os cargos ministeriais, naquele momento quando surgiu a perspectiva de vencer uma eleição ou de tomar proveito de um forte avanço eleitoral, esses partidos passaram por um processo preventivo de estratificação.

Mais uma vez, foi Nicos Poulantzas que viu essa possibilidade mais claramente em seus últimos textos, quando ele disse que a estratificação era o principal risco ao se deparar com uma estratégia de guerra de posições para conquistar o poder do Estado, principalmente através dessa combinação de movimentos sociais e maiorias eleitorais.

Essa estratificação concretamente se expressa no fato de que esses partidos se tornaram mais e mais centralizados, com as suas lideranças se tornando mais autônomas em relação às bases e adotando uma forma “caudilhistas” com muitos militantes tendo cada vez menos importância no processo concreto de tomada de decisões. Esses partidos mais e mais conceberam-se como um aparato para o controle de poder, e não como aparatos para a produção da

política de massas interagir com os movimentos sociais e as mobilizações populares. Nós vimos essa tendência operar dentro do SYRIZA, mais especificamente desde 2012.

Isso não quer dizer que esses problemas já não existiam antes, mas eles atingiram um patamar completamente novo a partir daquele ano, quando o SYRIZA se viu às portas do controle do Estado. E com o Podemos isso está acontecendo cada vez mais rápido.

Sem dúvida, isso é porque o Podemos não vem de um processo de recomposição do movimento operário e está baseado em estruturas organizacionais bastante frágeis, que, decorrente disso, são mais sujeitas à essa tendência para a estratificação. Para conseguir contra-atacar isso, nós temos que fazer experiências com formas políticas e organizacionais; formas pelas quais nós permitem a abolição dessas tendências num passe de mágica – que, ao meu ver, são absolutamente inerentes às condições do campo político tal como ele existe em nossos países – mas que podem contê-las e até mesmo impedir que elas se tornem predominantes.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *Há uma questão sobre as bases dos movimentos serem compostas pela classe trabalhadora, mas também sobre que tipo de política você defende para eles.*

Stathis Kouvelakis. De fato, pois esses processos preventivos de estratificação já existiam nos anos 1970 em todos aqueles partidos comunistas que se viram diante da questão sobre como ganhar controle do governo por meios eleitorais, tal como ocorrera na França e na Itália. Estes eram partidos com verdadeiras raízes nas bases e que eram hegemônicos dentro dos movimentos operários.

Mas isso não impediu o PCF de adotar o “programa comum”, selando a sua aliança com o Partido Socialista, ou que o Partido Comunista Italiano (PCI) passasse pelo período de “compromisso histórico”, afundando-se no mofo da estratificação. De fato, essas eram as realidades que Poulantzas se deparou quando elaborou sua análise, consciente de que o risco de que o Partido Comunista poderia seguir – mesmo com toda sua estrutura organizacional – o mesmo caminho pelo qual os partidos trabalhistas e socialdemocratas tinham percorrido no passado.

Eu acho que nós temos que conceber o terreno organizacional e da construção do partido como um campo de experimentação, mas também, é claro, como um campo de confrontação e luta que permite que novas formas políticas surjam dele. Eu repito que, do meu ponto de vista, tais formas não podem abolir essas tendências, as quais penso que são estruturais em sua natureza. Mas qualquer construção operacional política, nesse contexto de um terreno político que permanece estruturado pelo campo eleitoral, pelas relações de representação e pelas instituições parlamentares, irá se deparar com problemas e tendências desse tipo.

Mas eu concordo quando você fala sobre os anticorpos. Eu acho que isso é o que nós devemos trabalhar em termos de abordagens estratégicas e formas organizacionais, num trabalho de base social com a classe trabalhadora e com os grupos subalternos tal como eles se organizam hoje, e não como eles estavam estruturados no passado.

Emmanuel Barot e Demian Bernard. *Partindo de uma das primeiras intervenções do Frédéric Lordon na Nuit Debout, quando alguém lhe perguntou se ele era um revolucionário ou um reformista e sua resposta foi – para ser breve – que essa questão não era relevante. Como você responderia essa pergunta?*

Stathis Kouvelakis. Eu acho que essa questão certamente é significativa, mas nós também devemos deixar claro que o sentido da palavra “reformista” no contexto atual. Pois não apenas a perspectiva da revolução hoje parece historicamente derrotada após o colapso da União Soviética e com o fim daquilo que se convencionou chamar de “breve século XX”; a perspectiva reformista também parece ter sido derrotada.

Os partidos socialdemocratas atualmente se tornaram social-liberais, que gerenciam o neoliberalismo e que não propõe um pacto social concreto. Se nas três ou quatro décadas após a Segunda Guerra Mundial, os socialdemocratas promoveram avanços ou ganhos favorecendo o mundo do trabalho, mesmo que dentro de um sistema capitalista, isso não mais é verdade. O reformismo atual está também em crise.

Mas eu acho que nós temos que ir mais além: de fato, eu inverteria as formas tradicionais de formular o problema. No sistema capitalista, sempre haverá reformismo; sempre haverá frações e até mesmo correntes organizadas

dentre os grupos subalternos que irão acreditar na possibilidade de melhorar as coisas dentro do sistema existente. Mas para que o reformismo exista, também é preciso que exista uma perspectiva revolucionária factível.

Em outras palavras, eu acredito que a perspectiva reformista é derivada da existência de uma perspectiva revolucionária. O fato de que durante todo um período histórico havia uma possibilidade concreta de um futuro pós-capitalista – uma perspectiva de derrubar o sistema, fundada nas relações de poder que emergiram da Revolução de Outubro e nas revoluções anticoloniais – é a razão pela qual havia um reformismo dizendo: ainda que não vamos tão longe, nós podemos ainda assim atingir um certo número de conquistas sem aborrecer o sistema.

Hoje, pelo contrário, nós temos uma situação em que, como disse Frederic Jameson (1997, p. 10), “é mais fácil imaginar a deterioração total do planeta e da natureza do que imaginar o fim do capitalismo”. Isso se tornou o senso comum de nossa era; essencialmente, é isso que obstrui – ou mais precisamente, torna impensável – tanto a perspectiva revolucionária como também qualquer perspectiva verdadeiramente reformista. O que nós precisamos hoje são experiências novas de vitórias para as classes subalternas, que nos permitam situar em termos concretos e efetivos, tanto as hipóteses revolucionárias quanto as reformistas.

Referências bibliográficas

- BRAND, M. What is the ‘nuit debout’? *Counterpunch*, 03 mai. de 2016. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/2016/05/03/what-is-the-nuit-debout/>
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 1975. 4v.
- JAMESON, F. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.
- KOUVELAKIS, S. *La France en revolte. Luttés sociales et cycles politiques*. Paris: Textuel, 2007.
- POULANTZAS, N. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- SCHMITT, C. *El concepto de lo político*. Madrid: Alianza, 1998.